

A INTERDISCURSIVIDADE EM REDAÇÕES DE ALUNOS SOB O PUNTO DE VISTA DA SEMIÓTICA

por Marcia Andrade MORAIS
Universidade Federal do Rio de Janeiro
marciamoraisufrj@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho busca investigar a presença de outras vozes nas redações de alunos do ensino médio, procurando perceber os discursos que perpassam tanto os textos de apoio como os textos dos alunos. Partindo da perspectiva da teoria semiótica de linha francesa, busca-se traçar um caminho de significação dos textos, tendo em vista o modo como o texto diz o que diz, analisando o nível discursivo da etapa do percurso gerativo de sentido, principalmente a semântica discursiva, verificando os procedimentos discursivos e as estratégias utilizadas para construir uma orientação argumentativa nos textos, considerando, sobretudo, os efeitos de sentido causados em determinada escolha discursiva. Tendo como base para análise a teoria semiótica greimasiana, compreendem-se também as importantes contribuições de Bakhtin a respeito do discurso dialógico, que pressupõe a existência de duas vozes, demarcadas ou não, em todo o enunciado, para o exame da heterogeneidade nos textos, constituindo os vários discursos que denotam determinados valores e ideologias. Para tanto, recolheu-se um *corpus* composto de redações de alunos do ensino médio, escritas sob a tipologia predominantemente argumentativa. Nesse *corpus*, verificam-se os temas e figuras que perfazem os percursos temáticos e figurativos dos textos dos alunos e que são comuns aos textos de apoio disponibilizados na composição do enunciado da proposta de redação. Assim, discute-se a respeito das questões de originalidade e criatividade na abordagem do tema pelos alunos, a exploração de um senso comum, refletindo também sobre a pouca variedade de pontos de vista inscritos nos textos de apoio que oferecem suporte para o desenvolvimento de um texto autônomo dos discentes.

Palavras-chave: Interdiscursividade; semiótica; redações; ensino.

Introdução

A partir das contribuições das pesquisas sobre texto e discurso, a proposta deste estudo é observar de que forma a interdiscursividade em textos escolares age como estratégia discursiva para uma orientação argumentativa, de modo a construir os seus sentidos.¹ Dentre os variados procedimentos discursivos que podem ser utilizados pelos nos textos como um recurso argumentativo, está a interdiscursividade, analisada aqui como o uso de um mesmo discurso que perpassa diferentes produções textuais dos alunos.

Para tanto, o eixo norteador da análise tem sua sustentação a partir da teoria semiótica de linha francesa, já que se busca observar de que forma os sentidos se

¹ Esse artigo é parte da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2012, intitulada *A polifonia em redações de alunos sob o ponto de vista da semiótica*, em que se buscou, a partir de 500 redações dissertativo-argumentativas produzidas por alunos de um pré-vestibular em novembro de 2007, analisar os procedimentos polifônicos utilizados pelos alunos para construir um ponto de vista.

constroem considerando o percurso de significação dos textos. Ou seja, o estudo focaliza uma perspectiva semiótica para verificar como os recursos polifônicos são utilizados pelo produtor do texto para entender “como o texto diz o que diz” (FIORIN, 2003, p. 49).

Para essa teoria, a significação dos textos é compreendida como um percurso gerativo de sentido constituído de três níveis de abstração, cada qual composto de uma sintaxe e uma semântica. No nível fundamental, este mais abstrato, encontram-se as oposições que atribuem uma axiologia ao texto; já no nível narrativo, intermediário, compreendem-se os esquemas narrativos que organizam a busca do sujeito por um objeto de valor e, por fim, no nível discursivo, mais concreto, verificam-se as categorias que concretizam os esquemas narrativos mais abstratos. O presente artigo tem foco no nível do discurso, já que é nesse nível que se pode perceber a interdiscursividade, as relações ideológicas polêmicas ou consensuais com outra voz, considerando a semântica discursiva.

No que diz respeito à interdiscursividade nos textos, a análise recairá sobre os procedimentos polifônicos perceptíveis pelos processos de encadeamentos temáticos e figurativos consensuais ou polêmicos, manifestados por determinada escolha vocabular, constituindo ideologias – o que constitui o fenômeno da interdiscursividade. Assim, são analisadas algumas redações de alunos (produzidas por alunos do pré-vestibular CEDERJ em 2007 para um simulado de redação), relacionando os discursos comuns nos textos dos alunos, bem como a reprodução dos discursos dos textos de apoio nas redações dos alunos.

Por fim, cumpre sistematizar a análise dos discursos comuns presentes nas redações, relacionando-a a questão do ensino, comentando a respeito da influência dos textos de apoio nos argumentos apresentados pelos alunos nos seus textos e até que ponto a falta de clareza no comando das atividades, bem como fatores como a avaliação, podem restringir as possibilidades de originalidade por parte dos alunos.

1. Interdiscursividade

Em relação à interdiscursividade, embora nem sempre explicita ou cite os estudos de Bakhtin, as contribuições da Análise do Discurso trouxeram à tona reflexões sobre a heterogeneidade constitutiva de todo o discurso, quando acrescenta aos estudos a noção de que mesmo sem qualquer marca explícita de heterogeneidade, os textos possuem, na sua produção, outro (s) discurso (s) subjacente (s) a eles, sendo esta heterogeneidade inerente e, inclusive, condição para o entendimento de novos textos. Para Maingueneau,

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma interatividade constitutiva (fala-se também de dialogismo), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação, à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso. (MAINGUENEAU, 2008, p.54)

A partir da imanência do texto, no plano do conteúdo e de sua manifestação – através da junção com o(s) plano(s) da expressão – depreendem-se os sentidos que se instauram na linguagem. Para a semiótica, a chamada heterogeneidade constitutiva pode ser concebida no âmbito da semântica discursiva, em que os percursos temáticos e figurativos e suas relações nos textos concretizam a diversidade de crenças, visões de

mundo, ideologias instauradas no enunciado, podendo aparecer de maneira consensual ou polêmica. A interdiscursividade é um procedimento que se dá, portanto, no âmbito do discurso, considerando esse nível como o momento da assunção, pelo enunciador, das categorias narrativas, que são agora actorializadas, temporalizadas e espacializadas, por intermédio de mecanismos da enunciação, e que são revestidas de temas e figuras e que, posteriormente, mesmo que de maneira não marcada, são apreensíveis no texto através da escolha vocabular e outros recursos. Para Barros

O exame da “exterioridade”, na perspectiva semiótica, assume, portanto, rumos seguros e diferenciados: uma das direções considera as relações do texto com sua historicidade, analisando, sobretudo, os temas e figuras do discurso e os laços intertextuais e interdiscursivos;[...] (BARROS, 2009, p.351)

Então, considerar a presença do outro no estudo que se baseia, sobretudo, no texto como o objeto / processo de análise, implica avaliar também os percursos temáticos e figurativos que apontam os conceitos sócio-históricos revelados de maneira, por vezes, inconsciente e na relação que os discursos estabelecem entre si, na forma como dialogam, como repetem, alteram, polemizam sobre outros textos já produzidos.

Importa, então, iniciar a análise dos textos traçando uma observação a respeito da semântica discursiva, no que tange à questão das figuras e dos temas nos textos. Na passagem do nível narrativo para o discursivo, os esquemas narrativos são revestidos em temas – no âmbito mais abstrato e figuras – em um nível de concretização maior. Em suma, pode-se dizer que os textos são predominantemente figurativos quando revestidos por lexemas que representam mais diretamente as coisas do mundo e mais temáticos quando apresentam maior abstração, no sentido de que são formados de elementos que organizam, categorizam o mundo, em uma esfera mais interpretativa.

Em dois extremos, então, uma fábula seria um exemplo mais emblemático de um texto figurativo, pela presença de animais e elementos relacionados mais diretamente à realidade ou mundo construído no discurso, ao passo que o texto científico, por seu caráter explicativo e abstrato, é um exemplo prototípico de texto temático.

Observar o percurso temático e figurativo é verificar a recorrência de traços semânticos que constroem a coerência semântica do texto. Nas produções analisadas, o tema desenvolvido gira em torno da questão da impunidade, da morosidade da justiça em relação à punição dos culpados de crimes de corrupção e das possíveis soluções para resolver este problema em nosso país, em linhas gerais. Assim, inscrevem-se também no texto diversas figuras que recobrem percursos temáticos semelhantes, o que pode ser verificado observando as redações recolhidas para análise.

Portanto, os textos analisados, como não se referem diretamente às coisas do mundo, mas as explicam, argumentam sobre elas, enquadram-se em textos de maior abstração e, portanto, são textos predominantemente temáticos. Mesmo assim, figuras são elencadas pelo narrador de modo a recobrir determinado percurso temático, dando-lhe credibilidade. Todavia, a distinção entre temas e figuras não subsume uma oposição absoluta, mas uma gradação, dado o caráter mais concreto ou mais abstrato dos elementos e como as definições de concretude e abstração são bastante complexas, torna-se mais coerente entender que as categorias são mais temáticas ou mais figurativas (FIORIN, 1998, p.11).

Cumprе ressaltar que a própria composição do texto, entre categorias mais abstratas ou mais concretas, mais temáticas ou mais figurativas, pode ser um recurso

argumentativo importante, no sentido de corroborar um ponto de vista, uma interpretação dos fatos do mundo.

É a relação entre essas categorias mais abstratas e mais concretas que instaura no texto o que se convém chamar de ideologia. A ideologia se constrói no texto, tendo em vista que os valores culturais e sociais são observáveis através dos elementos textuais utilizados. Greimas & Courtés indicam que

Uma ideologia se caracteriza então pelo estatuto atualizado dos valores que ela assume: a realização desses valores (isto é, a conjugação do sujeito com o objeto de valor), extingue, ipso facto, a ideologia enquanto tal. Em outros termos, a ideologia é uma busca permanente dos valores, e a estrutura actancial que a forma deve ser considerada como recorrente em todo discurso ideológico. (GREIMAS & COURTÉS, 2008, p. 253)

Considerando a semântica discursiva o lugar em que os valores assumidos pelo sujeito no nível narrativo são concretizados e atualizados, a ideologia, portanto, se percebe na construção do percurso temático e figurativo dos textos, como um processo de concretização da busca de valores almejados.

Podem-se observar também, nos textos analisados, figuras ou temas inseridos que remetem a isotopias diferentes. Ou seja, é possível perceber em um texto temas e figuras que não pertencem a um determinado percurso já identificado e que fogem deste, instaurando outro percurso isotópico, criando certo efeito de sentido.

Um texto que compõe o *corpus* pode ilustrar as reflexões feitas acima. A redação T-1 trata principalmente das irregularidades cometidas por políticos que, para o narrador, praticam atos ilícitos e não são punidos por isso. Na leitura global do texto, o tema da impunidade se insere na questão arrolada pelo narrador em seu texto considerando que os crimes praticados pelos políticos giram em torno do uso ilícito de um bem coletivo para obtenção de vantagens exclusivas, próprias no sentido de extrapolarem aquilo que se entende como bem necessário para sobrevivência e se caracterizarem como supérfluo e exorbitante, como observamos no trecho abaixo:

Os políticos não estão preocupados com a população e sim com o próprio bem estar, buscando através de sua autoridade, fazer de tudo para que (se dêem bem na vida) e que nada atrapalhem-os. Para isso contam com a ajuda de outros políticos, que se unindo formam um verdadeiro “complô”, investindo em roubos de verbas públicas, em viagens para o exterior, em jatinhos exclusivos, em compras de terras, em tudo o que lhes parecerem bom. (T-1)

O uso do termo *exclusivo* para se referir aos *jatinhos* utilizados pelos políticos indica restrição no sentido de que se trata de um bem utilizado somente pelo político, contrastando com a figura *dinheiro público* que, no ponto de vista do narrador, é um bem coletivo e que deveria ser empregado em benefício da população, já que a ela pertence, mas que se torna próprio e restrito para um uso individual de um político, utilizado para *compras de terras, viagens para o exterior*.

Nota-se que, no trecho, há a manifestação de dois pontos de vista diferentes, o dos políticos corruptos e da população que se sente lesada pelos abusos financeiros desses políticos, mas ambos inscritos sob o ponto de observação assumido pelo narrador, já que esses actantes não possuem voz, mas têm suas atitudes e conceitos julgados. Mesmo apresentando esses dois pontos de vista, é possível notar que o

narrador incorpora os valores da população que se sente lesada pelos abusos das autoridades políticas e essa voz assumida pelo enunciador é consensual com outras vozes que percorrem todo o texto e que denotam certos abusos do poder político, no sentido do mau uso do dinheiro público, das denúncias de desvios de verbas, corrupção, etc.

É possível ainda corroborar isso pelos valores eufóricos e disfóricos atribuídos pelo narrador às categorias axiológicas concretizadas por certos temas e figuras. *Viagens para o exterior, jatinhos exclusivos, compras de terras* são figuras que recobrem o tema das vantagens pessoais obtidas pelos políticos e que apontam para a ideia de prazer e conforto, algo positivo, valor eufórico, portanto, para os políticos, demarcado pelo narrador com a expressão *o que lhes parecerem bom*. Por outro lado, quando o narrador utiliza certas expressões, como *complô* e *roubo*, atribui a essas mesmas figuras e temas um valor disfórico no sentido de julgar esse tipo de comportamento como próprio de políticos corruptos, assumindo o ponto de vista da população vitimada, inclusive pela declaração explícita que inicia o trecho *Os políticos não estão preocupados com a população*, denunciando que o narrador julga e condena a atitudes dos políticos.

Assim, pode-se sintetizar o conflito presente no trecho entre as oposições *bens individuais x bens coletivos*, ao se encontrar, de um lado, a expressão *próprio bem estar*, que atualiza um conceito de algo privativo e restrito, concretizado no texto, por exemplo, pela figura dos *jatinhos exclusivos*, e, em contrapartida, a noção dos bens públicos e coletivos, pertencentes, portanto à população, concretizado no texto por *verba pública* ou *dinheiro público*. O conflito entre os dois percursos temáticos é apreensível pelas expressões *irregularidades, roubarem através de mensalões*, que indicam a posição da população vitimada pela corrupção, espoliada dos bens coletivos, em oposição aos desmandos de políticos que utilizam verbas públicas a seu bel prazer, percurso temático concretizado pelas figuras *jatinhos exclusivos, compras de terra, viagens para o exterior*, transformando-as em bens coletivos.

Ao longo do texto, como se pode verificar anteriormente, o narrador apresenta a questão da impunidade como um valor disfórico, julgando as atitudes de políticos corruptos e construindo o tema da impunidade em seu texto através das expressões: *não pagam pelos seus erros, quem tem dinheiro não pode ir pra cadeia, políticos que são absolvidos naturalmente de todos os rolos em que estão metidos, é preciso... que todos corruptos sejam penalizados*, e até pelo uso do próprio termo *impunidade*. Pode-se perceber como vozes que podem parecer contraditórias concretizam-se no texto por temas e figuras organizadas pelo narrador no texto de modo a alinhar-se numa direção ideológica.

2. Análise dos textos

Partindo então para a análise das relações presentes entre os discursos apontados nos textos, cumpre apontar que foi possível perceber a repetição de uma mesma ideologia, presente nas redações analisadas, concernente ao senso comum – a ideia defendida pelo narrador dos textos de que a falta de punição estimula a práticas de mais crimes, tendo em vista que, vendo muitos crimes cometidos sem punição satisfatória, muitos criminosos sentem-se incitados a realizar atos ilícitos, já que, por exemplos anteriores, saíram ilesos de suas práticas criminosas.

Alguns discentes optaram por desenvolver esse percurso temático em seu texto, como se pode ver em:

O Brasil é um país onde existe muita violência. Contudo, na maioria das vezes, quem comete os atos de vandalismo ficam impunes o que dá motivação aos criminosos para continuarem os cometendo. A justiça brasileira deveria tomar uma atitude rígida para pôr fim a essa barbárie.[sic] (T-2)

Portanto, a impunidade deve ser combatida ferozmente para dizimar este facilitador de comportamentos ilícitos, para não falar em crimes e atrocidades. (T-3)

Enfim, qualquer pessoa que mata ou rouba tem que ser presa, fazendo assim acabamos com os corruptos e ainda não continuamos com essa repetição de erros onde não se pune ninguém e todos ficam soltos dando exemplo ou até repetindo o erro cometido. (T-4)

Nos trechos acima, consegue-se notar que há um três temas recorrentes: a impunidade, prática de atos ilícitos e motivação para novos crimes que se combinam para recobrir um percurso temático que perpassa as redações analisadas: a falta de punição estimula a prática de novos crimes. Nos textos, é possível perceber variados temas, tais como a impunidade (*impunes*, T-2; *a impunidade*, T-3; *não se pune*, T-4), sua relação ao tema da prática de atos ilícitos (*atos de vandalismo* e *essa barbárie*, T-2; *crimes e atrocidades*, T-3; *pessoa que mata ou rouba*, T-4) e quanto ao estímulo à prática de novos crimes (*dá motivação, continuarem os cometendo*, T-2; *este facilitador de comportamentos ilícitos*, T-3; *repetição de erros*, T-4).

Os percursos temáticos instaurados se combinam nas redações de modo a instaurar a oposição da *punição x impunidade*, relacionados ao desencorajamento ou estímulo ao crime. Em todos os trechos se percebe os lexemas *pena, impunidade, punição*, relacionados à questão da motivação ao crime quando as atitudes ilícitas não são punidas, o que se percebe pelos lexemas *motivador, facilitado e repetição de erros*.

Pode-se perceber pelo levantamento de lexemas e expressões nos textos que um mesmo percurso temático é instaurado nas redações dos alunos de alguma maneira, já que é recorrente nos textos a ideia de que, quando se comete um ato ilícito e não há punição, impera a imagem de um país onde as leis não são cumpridas, ou não o são de maneira satisfatória, incitando mentes criminosas ao desvio de conduta.²

Nota-se, então, que os temas e figuras indicados representam determinada percepção de mundo, já que a inscrição do ponto de vista do narrador denota a perspectiva de uma classe social, ou seja, o narrador assume os valores sob o viés da população que se sente vitimada pela falta de punição, pela omissão da justiça, alheia e impotente diante desse processo, o que fica claro pela leitura dos trechos *A justiça brasileira deveria tomar uma atitude rígida* (T-2), *a impunidade deve ser combatida* (T-3), *qualquer pessoa que mata ou rouba tem que ser presa* (T-4), em que se assume não o ponto de vista de quem comete os crimes, mas o de quem espera que algo seja feito para combatê-los.

Observa-se, então, a construção de uma ideologia que gira em torno da punição exemplar, em que se pune a fim de educar terceiros para que não pratiquem os mesmos

² A ideia de punição para servir de modelo para inibir outros delitos posteriores percorre a cultura da sociedade. Na constituição brasileira, indica-se a ideia da penalidade não só com caráter punitivo, mas também educativo:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos (...) estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e *prevenção do crime*. (grifo nosso) BRASIL, Código Penal. Vade Mecum Saraiva. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Art. 59 *caput*. p. 553.

atos, visão de mundo sócio-historicamente concebida, conforme se pode notar. Fiorin define ideologia como “a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 1998, p.32).

O que chama atenção na leitura das produções textuais de maneira geral é a recorrência desse tema da impunidade como estímulo ao crime. Ou seja, o discurso do lugar comum, do apelo ao que é reiterado e construído nos textos dos alunos como ideologia, é um meio seguro de argumentação utilizado pelos alunos para ter seu conteúdo aceito, não havendo, nesses textos, abordagens diversas relacionadas ao assunto em questão, ou uso de argumentos originais.

Outra reiteração temática percorrendo diferentes produções textuais dos alunos diz respeito à relação entre impunidade e classes detentoras de poder econômico e político:

A impunidade é o meio pelo qual o homem mata, corrompe, rouba e faz extorção. Isso ocorre devido muitas das vezes ao fato de se ter condições financeiras favorável, conhecido e troca de favores. (T-5)

As pessoas ricas e que contém um certo poder são as que cometem mais impunidades e nunca são presas. Raramente quando são presas ficam no máximo alguns meses, digo como exemplo o Paulo Maluf, roubou tanto e não pagou nem um terço de sua pena. (T-6)

...é o mensalão, a CPI dos correios, são erros que somem com milhões de nossos dinheiro, é assassinato, mas a maioria deles é praticado por pessoas bem sucedidas em nosso país, para esses as leis que temos em nosso país de nada valem, pois não são impostas a eles. (T-7)

Nos trechos acima, é possível notar que há uma recorrência temática nas quatro produções textuais que serviram como um recorte representativo do total de redações recolhidas. Nas produções, nota-se que o narrador utiliza como argumento a ideia de que, de acordo com o poder aquisitivo da pessoa que pratica um ato ilícito, ela fica impune de seus atos, ou seja, se uma pessoa dispõe de prestígio social e de alto poder aquisitivo, ela não é punida, enquanto uma pessoa sem muitos recursos financeiros paga plenamente por seus desvios de conduta.

Para indicar este tipo de leitura, notam-se determinadas figuras e temas nos trechos selecionados que recobrem o percurso temático da falta de punição para as classes mais abastadas e o contrário para os setores menos favorecidos da sociedade. Observa-se a recorrência de termos relacionados aos recursos financeiros, considerando a oposição *riqueza x pobreza*, atualizadas pelos temas *condições financeiras favorável*, *pessoas ricas*, *pessoas bem sucedidas*. Esses temas, relacionados sempre à falta de punição para indivíduos favorecidos socioeconomicamente, são reforçados pelas expressões: *a impunidade*, *nunca são presas*, *as leis... não são impostas a eles*.

Dessa maneira, percebe-se, através da leitura dos textos, que o uso destes lugares comuns funciona como uma fonte de argumentação segura, à medida que retoma discursos de bastante veiculação na sociedade, como se observa nos próprios textos midiáticos que compõem os textos de apoio da proposta de redação. Apresenta-se, então, para o aluno, como um argumento irrefutável e faz criar o efeito de verdade e o de realidade, tão caro à defesa de um ponto de vista nos textos. É possível corroborar esse efeito de realidade através da observação dos verbos no presente do indicativo, utilizados nos trechos analisados: *a impunidade é o meio*, isso *ocorre* (T-5); *contém* um certo poder, *nunca são presas* (T-6), *é o mensalão*, *são erros*, *é praticado* (T-7),

considerado o caráter de certeza (crer ser) e de verdade (saber ser) de argumentos tomados como inquestionáveis, sentidos imbricados pelo uso do indicativo .

Além disso, essa voz geral inserida no texto é consoante à voz do narrador, o que significa dizer que se interpõe um discurso consensual, pois a ideia que se pretende defender é a da falta de punição às classes abastadas em nosso país, o que vai ao encontro do conceito de aplicação de leis punitivas para uns e não para outros. Os temas e figuras que perpassam o texto são sempre os mesmos, ou seja, pretende-se comprovar nos textos as maneiras pelas quais a impunidade se faz presente em nossa sociedade e, para isso, o narrador não utiliza vozes discordantes, tampouco problematiza os temas com a finalidade de fazer ressaltar um ponto de vista original.

O efeito de sentido criado, portanto, não possui um resultado satisfatório para a argumentação do texto, já que a repetição de valores próprios do senso comum, como um enunciado pertencente à memória cultural-social, ainda que represente uma posição confortável e segura para o aluno, não permite que este fuja do lugar comum, no sentido de ousar e fazer o texto criativo. É interessante notar que as mesmas configurações temáticas e figurativas estão presentes também nos textos de apoio que servem de orientação para os alunos sobre o desenvolvimento do tema a ser tratado, como se pode perceber pelos trechos transcritos abaixo:

Além de abrir uma grande crise no Conselho de Ética, a absolvição do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) marcou um recorde pouco animador sobre os brasileiros – a “pizza” do escândalo do mensalão ultrapassou a do caso Anões do Orçamento, de 1994. *Naquela ocasião, sete deputados foram poupados de punição. A crise do mensalão já tem oito absolvidos por enquanto.* (trecho de reportagem da Revista *Veja*, versão online, 07/04/2006)

Os quatro estudantes são acusados de homicídio com dolo eventual – no jargão jurídico isso significa que o acusado não tem intenção de matar, mas sabe que seu ato embute risco de morte. É a mesma acusação pela qual o coronel Ubiratan Guimarães foi condenado a 632 anos de prisão depois da chacina dos 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992. Para tentar conter uma rebelião, ordenou a entrada de policiais no presídio. Não matou ninguém, mas permitiu que isso acontecesse. *O coronel recorre em liberdade.* (trecho de reportagem da revista *Época* de 10/02/2003)

Decorrido algum tempo e não tendo o homicida sido ainda julgado, a mãe do rapaz escreveu toda uma página na revista *Veja*, pedindo justiça para o caso e qualificando-o como de “impunidade”. A senhora em questão tinha todo o direito de estar exigindo justiça para a morte do seu filho. No entanto, vejamos alguns fatos. Ao ser acusado de assassinato, o policial fora afastado da PM, tendo sido readmitido posteriormente em virtude de decisão judicial. A 18 de dezembro de 1991 o PM foi julgado e condenado a 15 anos de prisão, pena reduzida para quatorze anos por ser o réu “primário e ter bons antecedentes”. Nessa ocasião, fazia exatamente dois anos, um mês e quatorze dias desde a ocorrência do crime. A pergunta que cabe aqui é: o que houve, impunidade ou morosidade da justiça? (trecho de CRUZ, Levy. *Impunidade na sociedade brasileira: algumas ideias para seu estudo*. Fundação Joaquim Nabuco, dez 2002)

É interessante perceber que a mesma posição ideológica que fazia parte das redações analisadas também pertence aos textos de apoio. Nos excertos, é perceptível, também, a ideia de que o *status* e o prestígio da pessoa que comete o crime influenciam no não cumprimento de sua punição.

De maneira geral, pode-se dizer que os três textos citam exemplos de casos de impunidade: o primeiro, da revista *Veja* (2006), refere-se a um caso de falta de punição de deputados envolvidos no escândalo do mensalão; o segundo trecho, da revista *Época* (2003), aponta para o caso de impunidade envolvendo um coronel da polícia militar e o terceiro, da mesma forma, ilustra a questão com um exemplo de impunidade também com um policial militar. A reiteração da classe de prestígio ou poder público ocupado pelos acusados, autoridades, políticos, aponta para a importância da classe social na influência do julgamento dos crimes.

Além disso, alguns recursos utilizados nas redações também são recorrentes nos textos de apoio, como, por exemplo, a utilização, no texto da revista *Época*, do termo *coronel*, para ressaltar a posição ocupada pelo culpado ou o uso das aspas para delimitar a fala do outro, como no texto de Levy Cruz, para demarcar o que é a fala do narrador e o depoimento da mãe do acusado.

Ou seja, o que se percebe é que, na verdade, o discurso recorrente nas produções textuais dos alunos reflete uma orientação argumentativa e ideológica também recorrente nos textos que serviram de apoio para os alunos desenvolverem o tema – dos quatro textos diversos, retirados de reportagens de revistas e livros sobre o assunto, três deles encaminhavam, direta ou indiretamente, para uma relação entre o cargo social ocupado pelo criminoso (deputado, coronel e policial militar) e a ideia de lentidão na aplicabilidade das leis para uma efetiva punição dos acusados ou da impunidade. Dessa sorte, é bem esperado que esse mesmo percurso temático transpasse as produções dos alunos, pois a pouca variedade de pontos de vista e estímulos nos textos de apoio direciona as opções argumentativas e ideológicas dos alunos.

Nesse sentido, o que poderia parecer, a princípio, falta de originalidade dos alunos na escolha de seus argumentos, indica, na verdade, certa obediência ao ponto de vista vinculado, inclusive, nos textos de apoio, o que por sua vez aponta que, além de tratar da impunidade, os alunos deveriam tratar também da impunidade relacionada à questão social e classe, embora essa não fosse necessariamente a única opção a ser tomada pelo aluno, considerando o tema proposto na atividade (*Impunidade na sociedade brasileira: o que fazer para superar essa tradição cultural negativa?*). Ou seja, a própria atividade, da maneira em que foi organizada, direciona para uma abordagem ideológica específica. Como exigir originalidade, então?

Além disso, trata-se de uma questão complexa que diz respeito ao ensino de redação, tendo em vista que uma das maiores dificuldades do educando pode ser explicada pela falta de clareza e objetividade nas atividades propostas ou sua falta de originalidade. Muitas vezes, o enunciado e, no caso, os textos de apoio, orientam para uma mesma direção ideológica, não apresentam pontos de vista conflitantes, não problematizam as questões.

Cabe esclarecer que não se pretende assumir aqui que o insucesso dos alunos em produções de texto se deva somente a certa falta de clareza ou inventividade das atividades propostas aos discentes, mas quando se trata de uma redação, em que o fim próprio do gênero é a avaliação, é de suma importância determinar os critérios desta avaliação, considerando uma coerência entre o que se faz e o que se exige que o aluno faça. Esta problemática relaciona-se também à discussão a respeito do gênero textual em questão. Como se trata de uma redação escolar, que tem por objetivo ser avaliada por um profissional da área e receber uma nota, a ousadia dos recursos utilizados pode não ser uma boa escolha, tendo em vista a artificialidade deste gênero textual.

Considerações finais

Na análise das redações, foi possível perceber que há uma recorrência nos textos de uma mesma ideologia, concernente ao senso comum, tendo em vista os percursos temáticos construídos nas redações. Percebeu-se a inscrição de um mesmo ponto de vista e, quando houve a opção pela inserção de uma outra voz no texto, verificou-se que esta era geralmente consoante à voz do narrador, que não era polemizada ou problematizada. Foi possível notar nas redações que as configurações temáticas e figurativas eram as mesmas dos textos de apoio, o que fez ressaltar o fato de que a falta de variedade nos pontos de vista apresentados nos textos de apoio prejudica uma abordagem diferenciada dos alunos a respeito do tema a ser tratado.

Os alunos utilizam um discurso comum nos textos como uma fonte de argumentação segura, no sentido de articular um ponto de vista que poderá ser melhor aceito e julgado, mas veiculam argumentos do senso comum e não refletem a respeito deles, apenas o reproduzem para construir seus textos.

Além disso, foi possível notar que, mesmo indiretamente, há uma reprodução determinados discursos pertencentes aos textos de apoio. Sabe-se que os textos de apoio são úteis para orientar os alunos a respeito de determinada linha argumentativa a ser discutida nos textos, a respeito do tema proposto, mas a reprodução dos textos de apoio além de não contribuir para uma certa originalidade nos textos, não torna o texto autônomo, tornando-o sempre vinculado a um texto primeiro que influencia na escrita dos alunos.

Percebeu-se também que é imprescindível que os textos de apoio sejam compostos de variados pontos de vista, para que o aluno escolha a orientação argumentativa a seguir em seus textos. Um mesmo ponto de vista veiculado por vários textos de apoio aponta, mesmo que implicitamente, para o fato de que os alunos devem desenvolver seus textos a partir deste ângulo de observação, tornando mais difícil uma problematização ou reflexão a respeito destes.

Por fim, cumpre ressaltar que ao serem trabalhadas atividades de produção textual, é necessário que haja clareza e objetividade na sua aplicação, determinando a finalidade e as especificidades da atividade, considerando, sobretudo, o gênero textual a ser desenvolvido pelos alunos.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Uma reflexão semiótica sobre a "exterioridade" discursiva*. *Revista Alfa*, São Paulo, v.53, n.2, 2009, p. 351.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa*. *Galáxia, Revista de Comunicação Semiótica Cultura*, São Paulo, v.5, 2003, p. 19-52.

GREIMÁS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAIS, Marcia Andrade. *A polifonia em redações de alunos sob o ponto de vista da semiótica*. 2012. 161 f. Dissertação (mestrado em Letras), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

ANEXOS

Proposta de redação

Além de abrir uma grande crise no Conselho de Ética, a absolvição do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) marcou um recorde pouco animador para os brasileiros - a "pizza" do escândalo do mensalão ultrapassou o do caso anões do Orçamento, de 1994. Naquela ocasião, sete deputados foram poupados de punição. A crise do mensalão já tem oito absolvidos por enquanto.

Com cinco renúncias em função da absolvição de Cunha, o Conselho de Ética ficou esvaziado. Para os integrantes do órgão que renunciaram por causa da "pizza" recorde, o momento é crítico para a Câmara. "A Casa vive uma tremenda frouxidão moral", afirmou Cezar Schirmer (PMDB-SP), um dos que renunciaram.

(Fonte: Revista Veja, versão online, 07/04/06)

Frederico Carlos Jaña Neto é formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a mais conceituada da América Latina. Tem 28 anos, é casado, brincalhão e popular entre os amigos. Aluno aplicado, terminará o último dos três anos de especialização em ortopedia no fim de fevereiro. No pronto-socorro e no ambulatório do Hospital das Clínicas, onde atende, muitos pacientes reconhecem suas feições, por tê-lo visto na televisão, e até lembram do nome do jovem médico. Alguns se recusam a consultar-se com ele. 'Perguntam se fui eu quem matou o calouro, querem saber como anda o caso', contou Frederico a ÉPOCA. 'Dou um sorriso amarelo, tento mudar de assunto. É uma situação constrangedora.'

Frederico carrega um estigma. Nascido na cidade de Crato, tinha na graduação o apelido de 'Ceará'. Para evitar a associação do estudante com a tragédia de ampla repercussão, colegas de classe e professores passaram a chamá-lo apenas pelo primeiro nome. Frederico é um dos quatro acusados pela morte de Edison Tsung Chi Hsueh - os outros três são Ary de Azevedo Marques Neto, Guilherme Novita Garcia e Luís Eduardo Passarelli Tirico, todos estudantes da Faculdade de Medicina na ocasião. Em 22 de fevereiro de 1999, o calouro Edison, então com 22 anos, comemorou o ingresso na instituição no trote aplicado pelos veteranos. No dia seguinte, seu corpo foi encontrado no fundo da piscina da Associação Atlético, o clube da faculdade.

Os quatro estudantes são acusados de homicídio com dolo eventual - no jargão jurídico, isso significa que o acusado não tem intenção de matar, mas sabe que seu ato embute risco de morte. É a mesma acusação pela qual o coronel Ubiratan Guimarães foi condenado a 632 anos de prisão depois da chacina dos 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992. Para tentar conter uma rebelião, ordenou a entrada de policiais no presídio. Não matou ninguém, mas permitiu que isso acontecesse. O coronel recorre em liberdade.

Quatro anos após a morte de Edison, o processo contra os estudantes de medicina está longe de ser resolvido - e vive um momento especialmente complicado. No dia 19 de dezembro de 2002, o ministro Paulo Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, enviou um telex ao desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comunicando a suspensão da ação penal de número 230/99. A tramitação do processo ficará interrompida até o julgamento do mérito de três habeas corpus impetrados pelos defensores dos acusados, em que eles pedem o trancamento da ação penal por falta de provas.

(Revista Época, 10/02/03)

Impunidade é o gozo da liberdade, ou de isenção de outros tipos de pena, por uma determinada pessoa, apesar de haver cometido alguma ação passível de penalidade. É a não aplicação de pena, mas também o não cumprimento, seja qual for o motivo, de pena imposta a alguém que praticou algum delito. Mas esse termo às vezes é utilizado de forma inadequada.

O estudante B.B.B. de S., de dezesseis anos, a 4 de novembro de 1989 foi assassinado pelo PM G. A. de C.V.C., da Polícia Militar do Distrito Federal. Decorrido algum tempo, e não tendo o homicida sido ainda julgado, a mãe do rapaz escreveu toda uma página na revista Veja pedindo justiça para o caso e qualificando-o como de "impunidade". A senhora em questão tinha todo o direito de estar exigindo justiça para a morte de seu filho. No entanto, vejamos alguns fatos. Ao ser acusado do assassinato, o policial fora afastado da PM, tendo sido readmitido posteriormente em virtude de decisão judicial. A 18 de dezembro de 1991 o PM foi julgado e condenado a quinze anos de prisão, pena reduzida para quatorze anos por ser o réu "primário e ter bons antecedentes". Nessa ocasião, fazia exatamente dois anos, um mês e quatorze dias desde a ocorrência do crime. A pergunta que cabe aqui é: o que houve, impunidade ou morosidade da justiça?

(CRUZ, Levy. "Impunidade na sociedade brasileira: algumas idéias para seu estudo". Fundação Joaquim Nabuco, dez/2002)

Uma característica curiosa dos corruptos se observa em restaurantes. O corrupto está sempre nas outras mesas.

(FERNANDES, Millôr. Millôr definitivo. Porto Alegre: L&PM, 2002.)

Não apenas em relação ao desvio de verbas públicas, mas também no que diz respeito às pequenas transgressões às leis no dia-a-dia, o brasileiro convive com um problema de difícil superação, que conduz a uma importante reflexão:

Impunidade na sociedade brasileira: o que fazer para superar essa tradição cultural negativa?

Redija a caneta um texto dissertativo-argumentativo, com aproximadamente 25 linhas, em que você responda à pergunta formulada acima. Procure investir na coerência entre suas idéias e não se esqueça de atribuir um título sugestivo ao texto.

T-1

A desordem da Política
FOLHA DE REDAÇÃO

17,5
sobre o meio

00000-0000-000

1 A nossa política de hoje em dia, vêm nos mostrando uma série de irregularidades. Muitos políticos, que com propagandas enganosas nos incentivam a votar em seus partidos prometendo saúde, educação, reformas e tudo mais, de nada fazem além de nos roubar em através de "mensalões",
5 desviando dinheiro público. Ainda por cima não pagam pelos seus erros, mostrando para a população que quem tem dinheiro não pode ir para cadeia.

Os políticos não estão preocupados com a população, e sim com o próprio bem-estar, buscando através de sua autoridade, fazer de tudo para que (se deem bem na vida) e que nada atrapalhem-os. Para isso
10 contam com a ajuda de outros políticos, que se unindo formam um verdadeiro "compê", investindo em roubos de verbas públicas, em viagens para o exterior, em jatinhos exclusivos, em compras de terras, em tudo o que lhes parecerem bom.

A justiça em nosso país não tem a capacidade de dominar essa
15 situação, pelo contrário, é dominada pelos corruptos, que são absolvidos naturalmente de todos os "votos" em que estão metidos. A impunidade é mostrada de forma absurda, comendo pessoas de vários cargos diferentes, que não se importam do que estão fazendo, e querem mesmo é o seu próprio benefício, pois já sabem que com essa "justiça"
20 vão conseguir "ir longe".

Com tudo isso, é preciso fazer uma reformulação da política brasileira, que todos os corruptos sejam penalizados e afastados de seus cargos, não comendo mais fraudes e nem "dolar na ucca". Que realmente haja a justiça, pois quem acaba se prejudicando é a
25 própria população.

Sua redação é bem redigida e possui bons argumentos, porém, por vezes, quase tangencia ao tema. É preciso lembrar que a impunidade
30 não se atém somente aos políticos corruptos, existe um funco cultural que tem origem em pequenas transgressões diárias que todos cometemos. Reflita sobre o tema com mais atenção. A construção de um roteiro ajuda bastante nesta tarefa.

35

	1 - Norma Culta	2 - Tema / Texto	3 - Sel. / Org. de argumentos	4 - Construção da argumentação	5 - Proposta de intervenção
	① ② ③ ④	① ② ③ ④	① ② ③ ④	① ② ③ ④	① ② ③ ④

T-2

5
(ENVI)

FOLHA DE REDAÇÃO

00000-0000-000

1 Impunidade: intuição para os criminosos
 O Brasil é um país onde existe muita violência, contudo,
 uma inércia das leis quem comete os atos de vandalismo fi-
 cam impunes, e que dá intuição aos criminosos para con-
 5 tinuarem os cometimentos. A justiça brasileira deveria tomar
 uma atitude viril para pôr um fim a essa barbárie.
 (colúmbia) acontecem crimes absurdos que chocam a popula-
 ção, mas até um dia ninguém tomava nenhuma medida mais
 drástica foi tomada, [como que] com os atos de violência
 10 que vem acontecendo ao longo dos anos, sem nenhuma
 punição, as pessoas acabam se acostumando a ouvir
 notícias de morte, seqüestros e roubos um por dia,
 e se esse "mal" não for cortado pela raiz, pod-
 ra ter um fim bem pior do que está.
 15 Um exemplo de impunidade foi o escândalo do men-
 palão que ocorreu na política brasileira, onde quase todos
 que participaram do ato foram absolvidos e alguns ain-
 da conseguiram se reeleger, o que foi um absurdo.
 Diante do exposto, podemos dizer que o primeiro passo
 20 para acabar com esses atos espólios seria que os crimi-
 nozes cumprissem suas penas completas, por aqueles
 que foram, por isso, um respeito às autoridades. Ou-
 tro passo importante seria acabar com a fiança, pois
 quem tem o direito de pagar para se livrar do crime
 25 que cometeu. [acredito que] sequênciada este caminho ter-
 mos um país melhor e até seres humanos melhores.

1) não devemos utilizar a primeira pessoa do singular em dissertações

2)
 → Dentre no último parágrafo você abordou o que foi pedido no tema (formas de superar a impunidade no Brasil).

35

1 2 3 4	1 - Norma Culta 1 2 3 4	2 - Tema / Texto 1 2 3 4	3 - Sal. / Org. de argumentos 1 2 3 4	4 - Construção do argumento 1 2 3 4	5 - Proposta de intervenção 1 2 3 4
---------	----------------------------	-----------------------------	--	--	--

T-3

15
14
13

FOLHA DE REDAÇÃO

00000-0000-000

Impunidade: essa tradição negativa
uma

5 Sabemos, essa ideia de impunidade tenha o berço com os chamados coronéis; os donos de fazendas, que como seu poder manipulavam vidas, destinos.

Usaram políticos, mas em benefício de seus próprios interesses. (Nota: tem permanecido no mesmo parágrafo)

10 Daí sube-se que políticos, alto-executivos, grandes empresários e outros poderosos estão acima do bem e do mal.

Estes e outros exemplos de poder, arbítrio e arrogância devem ter sido traduzidos pela ideia de sucesso e esperteza.

15 Por alguns anos, o famoso jogador de futebol Pelé usou uma frase em um comercial de televisões que criou o "modus operandi" de muitos: "gosto de levar vantagem em tudo, certo?"

20 Então traduziu-se que a vantagem, mesmo que ilícita, era sinônimo de esperteza, e que o sucesso seria facilitado por essa concepção.

Porém, a impunidade ~~com~~ deve ser combatida fortemente, para diminuir este facilitador de comportamentos ilícitos, para não falar em crimes e atrocidades.

25 Está na hora de mudar esta tradição através de punições exemplares e reestruturação de conceitos e valores através da família, dos educadores e dos formadores de opinião.

30 A proposta citava a impunidade na política e as pequenas transgressões às leis no dia-a-dia. Poderia ter abordado estes aspectos no primeiro texto.

35

<input type="radio"/> 8 <input type="radio"/> 9 <input type="radio"/> 0	1 - Norma Culta <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input checked="" type="radio"/> 4	2 - Tema / Texto <input type="radio"/> 1 <input checked="" type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4	3 - Sel. / Org. de argumentos <input type="radio"/> 1 <input checked="" type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4	4 - Construção da argumentação <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input checked="" type="radio"/> 4	5 - Proposta de intervenção <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input checked="" type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4
---	--	---	--	---	--

T-4

Fuga ao
1 Tema = 0 zero

FOLHA DE REDAÇÃO
título?

00000-0000-000

5 A sociedade brasileira está cada vez pior quando se fala em punir ou não alguém. Para tomar essa decisão temos que analisar ^{analisar} esse cometido, a finalidade dele e o resultado que esse nos trouxe.

Quando se fala em morte por exemplo, não tem perdão, se matou alguém, não importa o que cometeu, tem que ser punido.

10 Punição também tem que acontecer quando se rouba alguém, o que é de uma pessoa ninguém merece, você não tem motivo para roubar.

Com conseqüência do que você fizer sempre vai trazer um resultado ruim, ora deixa a sociedade desorganizada, ora deixa a família triste.

15 Matar ou roubar é crime, não importa a finalidade, o importante é o resultado, e este quando se trata de morte ou roubo nunca pode ser bom. O que precisa ser feito é que temos que punir, ou seja, prender uma pessoa que rouba ou que mata, independente de sua situação financeira ou profissional.

20 Enfim, qualquer pessoa que mata ou rouba tem que ser punida, fazendo assim acabamos com os corruptos e ainda não continuamos com essa repetição de erros onde não se pune ninguém e todos ficam soltos dando exemplo ou até repetindo o esse cometido.

30 Releia a proposta! Então observe que você não falou da impunidade, do que pode ser feito pra acabar com essa tradição negativa...
Tente perceber a sua falha, pois, no vestibular, você poderá ser verdadeiramente punida.

35

① ② ③ ④	1 - Norma Culta ① ② ③ ④	2 - Tema / Texto ① ② ③ ④	3 - Sel. / Org. de argumentos ① ② ③ ④	4 - Construção da argumentação ① ② ③ ④	5 - Proposta de intervenção ① ② ③ ④
---------	----------------------------	-----------------------------	--	---	--

T-5

105

FOLHA DE REDAÇÃO

00000-0000-000

Poder

da nação é o meu, o instrumento.

A Impunidade é o meio pelo qual o homem, mata, rouba, extorpe e faz extorções. Isso ocorre devido, muitas das vezes, ao fato de se ter condições financeiras favoráveis, conhecidas e troca de favores.

No Brasil ao se falar que alguém matou uma pessoa, isso já se tornou ali um fato "corriqueiro", já não está se importando pois sabem que com os devidos meios tudo é possível. Exemplo disso foram aqueles rapazes que colocaram fogo em um índio que dormia em um banco, dizendo que só colocaram fogo pois pensaram que era um mendigo.

Outra polêmica é a corrupção; pessoas que através de mau voto estão lá nos seus cargos para tentar amenizar as condições do seu povo, eles roubam, deixando levar pelo dinheiro, carros e poder. Eles não percebem que o prejudicado é o país.

Roubar e extorquir virou moda pois sabem que só vão para a cadeia os tais "ladroes de galinha". Os verdadeiros ladroes ficam à solta.

Portanto, se os políticos, juizes, policiais e os outros poderes levarem a sério os cargos e deveres dos quais eles são responsáveis por desempenhar, acredito que a Impunidade já não será uma das grandes preocupações brasileiras pois também existem pessoas sérias que aceitam a lei e fazem com que ela seja cumprida.

As leis não são apenas cumpridas e cumpridas ≠ cumpridas

35

<p>1 - Norma Culta</p> <p>① ● ③ ④</p>	<p>2 - Tema / Texto</p> <p>① ② ● ④</p>	<p>3 - Sol. / Org. de argumentos</p> <p>① ② ● ④</p>	<p>4 - Construção da argumentação</p> <p>① ● ③ ④</p>	<p>5 - Proposta de intervenção</p> <p>① ② ● ④</p>
---------------------------------------	--	---	--	---

T-6

maria grefa

FOLHA DE REDAÇÃO

415

00000-0000-000

Desfragmentação da ética

Desde pequenos aprendemos o que é certo e errado, porém esse conceito foi se desfragmentando com o passar dos tempos.

Hoje em dia o que prevalece não é o certo e o errado, mas sim quem é pobre e rico.

As pessoas ricas e que possuem um certo poder são as que cometem mais impunidades e nunca são presas. Raramente quando são presas ficam no máximo alguns meses, digamos como exemplo o Paulo Maluf, roubou tanto e não pagou nem um terço de sua pena.

Enquanto o rico se salva o pobre se afunda, como no caso daquela mãe que roubou um pote de manteiga para seu filho e foi presa e condenada a três anos de prisão.

Visto os argumentos citados acima digo que não sou a favor da impunidade, mas sim da pena justa para ambos os cidadãos sem discriminação de raça e classe social.

Enquanto essa desigualdade não acabar continuaremos dizendo que tudo acaba em pizza.

As bancas do ENEM privilegiam textos redigidos em 3ª pes., procure evitar verbos na 1ª pessoa.

0 0 0	1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4
	1 - Norma Culta	2 - Tema / Texto	3 - Sel. / Org. de argumentos	4 - Construção do Argumentação	5 - Proposta de Intervenção

T-7

FOLHA DE REDAÇÃO

00000-0000-000

Impugnada

As regras (ou) para a lei da pensão, a que está em esse mesmo país, onde as leis praticamente não são aplicadas. Nós estamos sendo deludidos de nossos próprios olhos, tudo o que é de errate acontecem é o mensalão, a Epides Correios, são erros que somem com milhões de nesse dinheiro, e assassinatos, mas a maioria deles é praticado por pessoas bem sucedidas em nosso país, para esses, as leis que temos em nosso país de nada valem, pois não são impostas a eles.

Serei que é só para os pobres que as leis valem? Ou estou enganado? (Lutar parágrafo lúto de mais)

esse texto não está relacionado ao texto

Como texto mesmo nos mostra, um jovem, de família bem sucedida, hoje já formado em medicina, em uma faculdade mais conceituada do América Latina, em seu trabalho ajudou a assassinar um jovem, em um tratado de faculdade, e seu corpo foi achado no dia seguinte dentro de uma piscina, e com este jovem haviam mais três, e nada com eles foi feito, apesar de tudo isto o ministro na época pede o fechamento do caso por falta de provas.

Isto é um absurdo para o nosso país, onde as pessoas pagam por seus erros, não que isto esteja errado, mas os ricos, que também cometem erros, e nada com eles acontece.

Se nós temos lei, seja para quem for, ela tem que se cumprir e punir todos, sem exceção, os que cometem erros, seja quem for, rico, pobre, branco, negro, homem, mulher, a lei tem que se cumprir a todos esses.

Eu não quero como este país nesse fim de trabalho, mas isto só será possível se nossos governantes e autoridades ligarem as leis a todos. Então peço a vocês, a todos, fazer a lei valer para todos.

link dialogar e dar clareza com o texto

1 - Norma Culta	2 - Tema / Texto	3 - Sel. / Org. de argumentos	4 - Construção da argumentação	5 - Proposta de intervenção
1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4	1 2 3 4